



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PR-PA-00003665/2024

**CONTRATO XX/2024**

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ - PR/PA, E  
A EMPRESA.....**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro: Umarizal, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.055-215, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo **SECRETÁRIO ESTADUAL da PR/PA**, Sr. **RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, brasileiro, casado, matrícula nº. 22.510, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria nº 171**, de 30 de maio de 2022, do **PROCURADOR-CHEFE da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, e pelo **art. 41, IX, do Regimento Interno do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aprovado pela **Portaria n.º 382**, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, e, de outro lado, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade, RG nº. xxxxxxxxx, expedido pela PC/xx, e CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo de Dispensa de Licitação nº 1.23.000.000144/2024-91, e no processo de contratação nº **1.23.000.xxxxxx/2024-xx**, e em observância e sujeição às normas da **Lei Nº 14.133** de 1º. de abril de 2021 (**Lei de Licitações e Contratos Administrativos**); às **cláusulas deste instrumento** e demais **normas correlatas** resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de Pessoa Jurídica para prestação dos serviços de marina, na cidade de Belém-PA, com espaço para a guarda, manutenção e conservação de 2 (duas) embarcações de propriedade da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ - PR/PA**, bem como para rotinas básicas preventivas e de funcionamento dos motores das lanchas, de lavagem do casco externo e do convés, da limpeza e verificação de vazamentos na casa de máquinas, de suporte na operação de estacionamento e de amarração no cais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na

Contrato **xx2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx para prestação do serviço de marina das lanchas da PR/PA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Proposta vencedora do certame, independentemente de sua transcrição no presente instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DO PREÇO**

**2.1.** As especificações do objeto e o preço do serviço são os estabelecidos no Termo de Referência e apresentados, resumidamente, na **Tabela 1** abaixo:

**Tabela 1**

<b>Item: 1</b>			
<b>Descrição:</b> Contratação de serviços de marina, na cidade de Belém-PA, para a guarda de duas embarcações de propriedade do MPF/PR/PA			
<b>CATSER:</b> 721			
<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE (A)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL ESTIMADO (B)</b>	<b>VALOR ANUAL ESTIMADO (A X B)</b>
Mês	12	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX

**2.2.** O preço estimado total da contratação para 12 meses será de **R\$ xx.xxx,xx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme custos estabelecidos na **Tabela 1**, acima, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

**2.3.** Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos dos serviços efetivamente prestados.

**3. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** As embarcações ficarão sob guarda da empresa contratada em marina de sua propriedade situada em xxxxxxxxxxxx na cidade de Belém/PA.;

**3.2.** A marina deve dispor das seguintes condições:

**3.2.1.** Vagas a seco cobertas em quantidade e metragem suficientes para abrigar as duas embarcações do MPF/PR/PA;

**3.2.2.** A guarda e custódia das embarcações com segurança suficiente para proteção do patrimônio público;

Contrato **xx2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx para prestação do serviço de marina das lanchas da PR/PA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**3.2.3.** A movimentação das embarcações (inserção e retirada da água), subida e descida por meio de guincho, trator, reboque ou guindaste, além de serviços de docagem (garageamento e rampa);

**3.2.4.** A contratada deverá oferecer toda a infraestrutura necessária à realização dos serviços, com equipamentos e espaços adequados, atendidos os seguintes requisitos mínimos:

**3.2.4.1.** Área coberta, limpa e fechada, de modo que as embarcações estejam protegidas da ação da chuva, vento, poeira, maresia e intempéries;

**3.2.4.2.** Rampa de cimento para colocar e retirar as embarcações da água, com dimensões e estrutura compatíveis com as embarcações do MPF/PR/PA;

**3.2.4.3.** Estrutura (guincho, trator, reboque ou guindaste) para colocação e retirada das embarcações da água;

**3.2.4.4.** Disponibilidade de água doce próximo ao local de guarda;

**3.2.4.5.** Área externa para estacionamento de até 2 (duas) viaturas do MPF/PR/PA, enquanto as embarcações estiverem em operação;

**3.2.4.6.** Segurança contínua, inclusive noturna;

**3.2.4.7.** A marina deve localizar-se na margem de rio, em áreas de fácil acesso, com possibilidade de saída para o mar;

**3.2.4.8.** O prazo necessário para colocação e retirada da embarcação da água deve ser de no máximo trinta minutos após a solicitação da Administração.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**4.1.** Os termos deste contrato poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos dispostos no Art. 124 da Lei 14.133/2021.

**4.2.** Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#), a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

**4.3.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**4.4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**4.5.** Nos termos do Art. 136 da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

**4.5.1.** Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

**4.5.2.** Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

**4.5.3.** Alterações na razão ou na denominação social da contratada;

**4.5.4.** Empenho de dotações orçamentárias.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

**5.1.** Não haverá exigência de garantia contratual prevista no Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão do baixo valor e baixa complexidade da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** O modelo de execução do objeto será aquele estabelecido no Termo de Referência.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**7.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**7.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**7.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato;

**7.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Contrato **xx2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx para prestação do serviço de marina das lanchas da PR/PA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**7.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**7.6.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**7.6.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**7.6.3.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**7.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**7.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**7.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**7.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**7.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26 da Lei n.º 14.133.

**7.12.** Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

**7.13.** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades contratuais e legais;

**7.14.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços prestados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas;

**7.15.** Será(ão) nomeado(s) Servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

**7.16.** O(s) Servidores responsáveis pela fiscalização terá(ão) poderes para:

- a)** definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b)** notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- c)** suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso ao Secretário Estadual para decisão.

**7.17.** O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme disposto no § 2º do Art. 117 da lei.14.133/2021.

**7.18.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme disposto no § 3º do Art. 117 da lei.14.133/2021.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, de sua proposta, e deste Termo de Contrato com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas exigidas para otimização na execução do objeto;

**8.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**8.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**8.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**8.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203, de 2010;

**8.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**8.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**8.8.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**8.9.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**8.10.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

**8.11.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**8.12.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**8.13.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

**8.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**8.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.16.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela **Lei n.º 13.146, de 2015**;

**8.17.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**8.18.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

**8.19.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**8.20.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**8.21.** Indicar formalmente seu preposto;

**8.22.** Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato;

**8.23.** Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do objeto do contrato para análise e decisão do CONTRATANTE;

**8.24.** Comunicar imediatamente ao Fiscal ou Gestor do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto do contrato;

**8.25.** Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;

**8.26.** Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

**8.27.** Quanto às vedações:

**8.27.1.** Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**8.27.2.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto contratado, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

**8.27.3.** Não permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE;

**8.27.4.** Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

**8.27.5.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

**8.27.6.** Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** O modelo de gestão e fiscalização na execução do objeto do contrato é aquele disposto no Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

**10.1.** O prazo de vigência deste termo de contrato será de **12 (doze) meses, iniciando-se em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024 e encerrando-se em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025**, prorrogável por igual período, limitado **até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.1.** A prorrogação de que trata esta cláusula está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

**10.2.** A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**10.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**10.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2024.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 0001/200075;

11.2.2. Fonte de Recursos: 0100;

11.2.3. Programa de Trabalho: 03062003142640001;

11.2.4. Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Para cobertura da despesa será emitida Nota de Empenho no início de cada exercício financeiro.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

12.1. A forma de recebimento do objeto, de faturamento e das condições de pagamento serão aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo **IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**13.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

**13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.8.** O reajuste será formalizado por apostilamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

**15.1.** A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas ao CONTRATANTE para que este delibere sobre a manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório, bem como às demais recomendações dispostas na Lei 14.133/2021, em especial quanto aos Arts. 14 a 16.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES**

**16.1.** As sanções por descumprimento de cláusulas contratuais estão previstas no Edital correspondente ao presente termo de contrato.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1.** Nas operações de tratamento de dados pessoais realizadas por força deste termo de contrato, as PARTES se obrigam a:

**17.1.1.** Realizar o tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, conforme os princípios e amparadas em uma das bases legais previstas na LGPD;

**17.1.2.** Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais;

**17.1.3.** Manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

**17.1.4.** Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

**17.1.5.** Prestar auxílio à outra parte no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

**17.1.6.** Comunicar à outra parte, de maneira formal e imediata, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais;

**17.1.7.** Não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais recebidos em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização da outra parte, exceto para fins de cumprimento de obrigações legais às quais está submetida;

**17.1.8.** Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente.

**17.2.** As PARTES podem solicitar, a qualquer tempo, informações a respeito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste termo de contrato, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

**17.3.** Cada PARTE responderá, de forma independente, por eventuais danos causados a titulares de dados pessoais, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação à legislação de proteção de dados pessoais.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**18.1.** As hipóteses de extinção do contrato são aquelas estabelecidas no Capítulo VIII, do Título III, da lei 14.133./2021, no que couber.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**19.1.** A publicação deste Termo de Contrato será providenciada pela Administração, às suas expensas, nos termos estabelecidos no Art. 94 da Lei 14.133/2021.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da comarca da cidade de Belém, no Estado do Pará, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste termo de contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

de Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Belém-PA, xx de xxxxxxxxx de 2024.

XXXXXXXXXXXXXX

Secretário Estadual - PR/PA

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da contratada

CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXXXX

*Assinatura eletrônica*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXXXX

*Assinatura eletrônica*